



GRUPO PARLAMENTAR

PROJECTO DE RESOLUÇÃO Nº 192/XIV/1ª

RECOMENDA AO GOVERNO O REFORÇO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS NOS CONCELHOS DE ODEMIRA E ALJEZUR E A DEFINIÇÃO, NO PRAZO MÁXIMO DE UM ANO, DA SOLUÇÃO URBANÍSTICA DEFINITIVA PARA A FALTA DE OFERTA DE HABITAÇÃO CONDIGNA

As regiões de baixa densidade do país estão particularmente sujeitas ao abandono de terras e às migrações dos seus habitantes para as regiões mais densamente povoadas, que partem em busca de trabalho e de melhores condições de vida, iniciando assim um processo de desertificação progressiva que infelizmente tem sido difícil de contrariar.

Parte da solução passa pela capacidade empreendedora de quem inicia e desenvolve atividades económicas localmente, proporcionando condições para a estagnação desses indesejados fluxos migratórios internos, criando riqueza e emprego e contribuindo para a fixação de populações locais, em suma, devolvendo aos territórios de baixa densidade condições para o seu desenvolvimento económico. É o caso da produção agrícola local de pequenos frutos destinada quase integralmente à exportação, que é já responsável por cerca de 50% da exportação nacional daquele produto, com um aumento sistemático do volume de negócios, envolvendo um volume de mão-de-obra crescente.

Além da produção de frutícolas – que inclui sem se limitar àqueles – a região tem também um conjunto de empresas que se dedicam à produção de hortícolas, com uma valia económica assinalável.

Este esforço de desenvolvimento regional, que se quer sustentável e equilibrado, deve ser acompanhado e apoiado pelo Estado, central e local, por forma a garantir adequadas condições de trabalho, alojamento, desenvolvimento económico e respeito pelo meio ambiente.

O despacho conjunto dos Sr. Ministro do Ambiente, do Sr. Ministro da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural e do Sr. Secretário de Estado das Autarquias Locais n.º 7675/2018 de 27 de Julho, publicado no diário da República, 2ª série, de 10 de Agosto, determinou a criação de um grupo de trabalho para a área de intervenção específica para a área de intervenção específica do Perímetro de Rega do Mira (PRM) inserida no Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina (PNSACV), com a missão de estudar e apresentar soluções tecnicamente sustentadas por meio de uma abordagem integrada e multidisciplinar, capazes de assegurar a coexistência do PNSACV, do Sítio de Importância Comunitária (SIC), da Zona de Proteção Especial (ZPE) «Costa Sudoeste» e do PRM, no que diz respeito às seguintes matérias:



GRUPO PARLAMENTAR

a) Alojamentos para trabalhadores agrícolas (permanentes e temporários) no contexto do território dos Municípios de Aljezur e de Odemira, incluindo os territórios do PNSACV, atendendo, entre outros aspetos, aos quantitativos em causa, à distribuição sazonal associada ao calendário das operações por cultura agrícola, às características e capacidades do sistema urbano municipal no que se refere à dimensão dos aglomerados, capacidade de resposta dos sistemas de abastecimento e saneamento e, ainda, ao fornecimento de Serviços de Interesse Geral;

b) Compatibilização dos valores naturais constantes do PNSACV e da Rede Natura 2000, bem como dos princípios definidos no Plano de Gestão da Região Hidrográfica do Sado e Mira (RH 6) e no Plano de Gestão da Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (RH 8), com a atividade agrícola de regadio, desenvolvida e a desenvolver no PRM, ponderando uma eventual revisão da delimitação do Perímetro de Rega do Mira e ou da área abrangida pelo PNSACV;

c) Clarificação de definições, regras e conceitos, consubstanciados em proposta de regulamento contendo a sistematização da totalidade da informação necessária para apoio à decisão, nomeadamente das Câmaras Municipais, do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, da Direção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural, da Associação de Beneficiários do Mira, da Administração da Região Hidrográfica do Alentejo e Administração da Região Hidrográfica do Algarve, no âmbito das suas competências no que respeita ao desenvolvimento da atividade agrícola no PRM.

No relatório desse mesmo grupo de trabalho é reconhecido que presentemente:

1. Existem 1200 a 1500 hectares de agricultura coberta;
2. Estima-se em 6000 a 8000 os trabalhadores afetos ao sector agrícola;
3. Vivem cerca de 15000 habitantes permanentes no concelho de Odemira e 5900 no concelho de Aljezur.

A evolução do crescimento económico que se tem verificado neste território, na última década, quer por meio da agricultura e agro-indústria quer pelo turismo, tem vindo a introduzir necessidades crescentes de mão-de-obra.

No subponto 1.2 do Relatório, com o título de Questões Críticas, é referida, e citando, “uma marcada falta de infraestruturas e equipamentos sociais que possibilitem o enquadramento deste crescente fluxo de mão-de-obra”.



GRUPO PARLAMENTAR

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2019, publicada em diário da República n.º 205, 1ª série de 24 de Outubro, foi uma resposta às questões problemas do relatório do grupo de trabalho referido anteriormente. Contudo, a resposta é incompleta, contemplando um regime transitório e excecional para os problemas de falta de habitação, sem dar resposta à ausência dos serviços do Estado ou à solução urbanística definitiva para a garantir a oferta de habitação condigna na região.

Refere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2019 que a atual “circunstância tem atraído para a região uma quantidade crescente de trabalhadores, o que implica o reforço de infraestruturas e serviços públicos, tal como de equipamentos sociais. Neste contexto, as necessidades de instalação destes trabalhadores, não podendo ser, a curto e médio prazo, totalmente colmatadas pela oferta de habitações existentes na região, conduziram à colocação de cerca de 270 alojamentos precários nas explorações agrícolas situadas dentro do AHM”

Deste modo a Resolução do Conselho de Ministros n.º 179/2019 faz referência à necessidade do reforço das infraestruturas e serviços públicos do Estado naquele território, apesar de nas suas disposições estar ausente qualquer menção a esse mesmo reforço elencado. E essa ausência resulta igualmente na falta de resposta definitiva aos problemas identificados, criando assim uma solução transitória que não está acompanhada de uma proposta de solução definitiva que só poderia ser proporcionada pela criação de condições para aumento da oferta habitacional e resposta no aumento local dos serviços do Estado.

É importante salientar que os concelhos de Odemira e Aljezur se configuram como territórios de baixa densidade, tendo nos últimos 20 anos experienciado um crescimento e desenvolvimento económico muito relevante.

A atração de investimento nestes territórios tem forçosamente de ser acompanhada pelo Estado, reforçando ou criando os serviços públicos necessários a esse processo nas diferentes áreas onde atualmente se verificam carências como a saúde, educação, os serviços de justiça, finanças, notariado, segurança social, forças de segurança, transportes públicos entre vários outros serviços.

Neste contexto, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, a Assembleia da República delibera recomendar ao governo que:

1. Reforce progressivamente as infraestruturas e serviços públicos do Estado nos Concelhos de Odemira e Aljezur, tendo em conta, não só as carências anteriormente existentes e aumento das necessidades da mão-de-obra atual, bem como o futuro das pessoas e das empresas instaladas nesse território;



GRUPO PARLAMENTAR

2. Determine, no prazo de um ano, a solução urbanística definitiva para a falta de oferta de habitação condigna, integrada nos núcleos urbanos, de modo a dar uma resposta sustentável e permanente a este crescimento de mão-de-obra, propondo, em conjunto com os Concelhos envolvidos e de acordo com os seus Planos Diretores Municipais, um enquadramento urbanístico que garanta o equilíbrio entre crescimento urbano, paisagem agrícola e Parque Natural.

Lisboa, 03 de janeiro de 2020

Os Deputados do GP do PSD,

Afonso Oliveira

Cristóvão Norte

Emídio Guerreiro

Filipa Roseta

Márcia Passos

Paulo Moniz

Paulo Neves